



**ATITUDES DE ACEITAÇÃO E RESISTÊNCIA DE GRADUANDOS DO
CURSO DE PEDAGOGIA CONSIDERANDO A INCLUSÃO DAS
TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA**

LUCIA HELENA CAVALCANTI DAS NEVES VALLE E CLEYTON DOUGLAS
DE APOLONIO VITAL

Durante os últimos períodos dos cursos de Pedagogia na UFPE, observou-se que a disciplina eletiva “Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação” obteve pouca aceitação por parte dos estudantes. Ora, sendo esses estudantes de uma geração dos já denominados “nativos digitais”, ou seja, pessoas que já nasceram sob a influência direta das tecnologias e não temem seu uso, o que seria mais surpreendente que essa postura, principalmente vinda de professores, que têm a pesquisa como caráter fundamental de sua profissão?

Este artigo pretende discutir os possíveis motivos que os professores e graduandos têm para rejeitar a tecnologia em sala de aula, suas possíveis causas de afastamento e que fatores estariam influenciando, possivelmente, as motivações por trás dos números de baixa frequência encontrados pelas professoras da disciplina nos últimos semestres.

Palavras-chave: TIC's na Educação, Formação de Educadores.

Introdução

As Tecnologias de Informação e Comunicação já se tornaram uma das formas mais freqüente de comunicação entre os pares de nossa sociedade. Uma tecnologia intelectual não precisa ser efetivamente utilizada por uma maioria estatística de indivíduos para ser considerada dominante.



Computadores e outros artefatos tecnológicos já foram amplamente vendidos e explorados pelos programas educacionais como sendo veículos de reforma, porém a história recente dessas práticas informa que foram subutilizados ou utilizados de forma equivocada como ferramenta instrucional por parte dos professores em todos os níveis da educação. Segundo Cuban (2001), as práticas que se utilizam das tecnologias em sala de aula ainda são baseadas nas práticas de instrução regulares, ordinariamente usadas em sala de aula; segundo o autor, a maioria dos professores carece de uma compreensão maior de como as tecnologias podem ser integradas em sala de aula, funcionando em perfeita harmonia com o currículo.

Por outro lado, os sistemas de ensino e os cursos acadêmicos de graduação não sofreram uma reformulação efetiva de forma a apoiar plenamente a integração das tecnologias nas salas de aula. Ao que parece, essa discussão ficou um pouco esquecida e até os alunos parecem não haver sido despertados para essa nova realidade. Como resultado dessa visão, quando temos o uso de tecnologias em sala de aula é normalmente para pontuar algum “evento extraclasse”, totalmente descontextualizado das abordagens.

Mas, o que estaria por trás dessa concepção – ou falta dela – a respeito das tecnologias na educação? Quais os motivos mais prováveis dessa postura por parte dos alunos de graduação ao perceber as tecnologias dentro de sala de aula como algo do qual se pode prescindir? Segundo alguns estudos, perpassam essas questões muito mais do que simplesmente vontade e empenho pessoal; tratam-se de questões culturais, percepções subjetivas encontradas no inconsciente coletivo que influenciam diretamente a abordagem com tecnologias em salas de aula. A Norma Subjetiva implícita culturalmente seria o agente motor por trás das questões dos desinteresses dos futuros professores pelas disciplinas que falam em tecnologias na educação.

A Norma Subjetiva

As percepções individuais dos sujeitos a respeito de opiniões de outros sobre seu próprio comportamento é chamada norma subjetiva, e forma um conjunto de crenças



normativas devido à sua natureza social, segundo Dias (1995). Sendo assim, indivíduos podem escolher determinado comportamento apenas pelo fato de que serão “bem vistos” pelos seus pares. Essa escolha determina o quão importante os indivíduos acham que seus pares acreditarão que eles se tornaram se agirem de determinada maneira. Em alguns estudos comportamentais, a norma subjetiva foi apontada como um forte determinante da intenção comportamental, também justificando muitas outras abordagens sociais (por exemplo, Fishbein & Ajzen, 1975). A norma foi apontada como sendo um forte indício de que alguns indivíduos preferem ou não o uso da tecnologia em sala de aula (Mathieson 1991; Taylor & Todd, 1995).

Nesse estudo, a norma subjetiva se refere a uma percepção de professores sobre opiniões ou sugestões do universo relevante à sua profissão sobre a sua aceitação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) na educação. Na configuração acadêmica, a decisão de um futuro professor pelas TIC's enquanto estudo sistematizado e envolvendo disciplinas de sua grade curricular, pode ser influenciado pela opinião ou sugestões de seus outros pares. Isso não precisa ser explicitamente declarado. De certa forma, quem se compromete com a docência, se compromete a uma carreira longa, com círculos sociais fechados e esses fatores favorecem a visão de que os professores trabalham em um círculo de cooperação social estreita onde existe forte influência entre pares. Contudo, aqui aparece uma variável: embora possam ser influenciados pelos seus pares, os professores são uma categoria muito independente e são acostumados a tomar suas próprias decisões em sala de aula. A experiência também afeta o seu comportamento, principalmente se atentarmos para o modo como essa experiência docente foi adquirida.

A Compatibilidade

A segunda dimensão da escolha por tecnologias é a compatibilidade, refletindo como um indivíduo percebe-se diante da realização das tarefas de seu trabalho.



Compatibilidade é definida como um fator importante na adoção de contextos inovadores (Venkatesh, 2000) e está relacionada com a vantagem relativa proporcionada pelo objeto adotado e pela utilidade percebida. Outro conceito relacionado é o definido como "... o grau em que a tecnologia auxilia o indivíduo na realização de sua carteira de tarefas" (Chau, 2001). Ou seja, caso o sujeito não possa vislumbrar uma vantagem imediata ou aparente na sua escolha pelas tecnologias, ele fará a opção na direção oposta.

Ao chegarem em sala de aula os professores que cresceram em um ambiente rico em tecnologia esperava-se que houvesse um uso maior das tecnologias na escola. Entretanto, não é essa a observação que tem sido feita. Os programas de formação de professores, em geral, não têm uma proposta de preparação de seus educadores para o uso da tecnologia em sala de aula. Especificamente, também deveriam ser utilizadas as tecnologias durante a formação desses educadores, o que não ocorre na prática formadora desses sujeitos.

A Aceitação

Uma revisão da literatura disponível sugere uma preferência por parte dos professores pela abordagem cognitivo-behaviorista que centra-se na intenção comportamental. O ponto-chave é compreender que a maior parte desses professores faz essa escolha de forma consciente: a decisão de aceitar ou não uma tecnologia como prática, portanto, pode ser explicada pela intenção subjacente (Matos, 1995). Neste sentido, o desafio da pesquisa acadêmica seria, então, identificar forças que moldam ou fazem influência direta nessa intenção behaviorista.

Conjuntamente, os achados de pesquisas anteriores sugerem que a intenção de um indivíduo em aceitar a tecnologia é passível de ser afetada por atitudes, julgamento de atributos ou fatores peculiares à tecnologia, o sistema social, a tarefa a ser executada, e o meio em que será inserida tal tarefa (Andre, 1999). Vemos também uma necessidade de uma maior compreensão de conceitos-chave relativos ao uso de tecnologias nas



escolas, pois muitos professores referem-se ao seu uso como mais uma “moda” que vai passar e que nos deixará saldos irrelevantes (op cit).

Ambas as decisões de aceitação inicial e continuada merecem consideração significativa. Sob uma perspectiva acadêmica, as investigações se fazem necessárias a fim de analisar e sistematizar esses números, portanto, reforçar a base teórica e sua aplicabilidade científica.

Considerações Finais

Assim, as questões que perpassam o uso de tecnologias em sala de aula não são tão elementares como se imagina. Os elementos que compõem todo o cenário educacional que favorecem a apatia e o desinteresse por parte dos professores são mais de caráter cultural do que propriamente de cunho informacional. De qualquer modo, os cursos superiores de formação de educadores, ao andarem na contramão da era digital, incorrem no erro do não despertar de seus futuros mestres para a realidade da era digital, da cibercultura e dos nativos digitais. Principalmente na educação, pelo seu caráter social, urge que haja esse enquadramento nos novos paradigmas sociais.

Referências

ANDRE, Marli et al . Estado da arte da formação de professores no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 20, n. 68, Dec. 199. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300015&lng=en&nrm=iso>.
access on 15 Sept. 2010. doi: 10.1590/S0101-73301999000300015.

CHAU, P.Y.K. and P.J. Hu, "Information Technology Acceptance by Individual Professionals: A Model Comparison Approach," *Decision Sciences*, 32, 4 (Fall 2001), 699-719.

TAYLOR, S. and P.A. Todd, "Understanding Information Technology Usage: A Test of Competing Models," *Information Systems Research*, 6, 2 (June 1995a), 144-176.



VENKATESH, V., "Determinants of Perceived Ease of Use: Integrating Control, Intrinsic Motivation, and Emotion into the Technology Acceptance Model," *Information Systems Research*, 11, 4 (December 2000), 342-365.

MATHIESON K. (1991) Predicting user intention: comparing the technology acceptance model with the theory of planned behavior. *Information Systems Research* 2, 173–191.

CUBAN, L. (2001) Computers Meet Classrooms: classrooms wins, *Teachers College Record*, 95, pp. 185-210.

FISHBEIN M. & Ajzen I. (1975) Belief, Attitude, Intention and Behavior: Introduction to Theory and Research. Addison-Wesley, Reading, MA.

DIAS, Rosane E.& LOPES, Alice C. Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1155-1177, dezembro 2003.

MATOS, Kleber G. O estado da arte na formação de professores indígenas no Brasil. Formação de professores indígenas : repensando trajetórias /Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.